

*Deus me inventou para desespero do  
diabo Eu fiz do samba Cathedral do  
Inferno  
Louca, muito louca, endoidecida  
Vou fazendo desta vida  
Tudo aquilo que bem quero*

Essa celebração da capacidade de inventar a própria vida é de autoria de um velho conhecido dos brasileiros, Agenor de Oliveira no cartório, Cartola em nossos corações, em parceria com Hermínio Belo de Carvalho. Começo minha fala citando Cartola para trazer aos nossos espíritos a imagem de alguém que desafiou todos os destinos que lhe podiam ser imaginados. Negro, pobre e favelado, nascido no alvorecer do século XX, meros vinte anos depois de abolida a escravidão no Brasil todos os esquemas explicativos da História lhe reservavam a obscuridade, que ele próprio se atribuiu em um poema.

*Passei pelo mundo sem ser percebido  
Ouvindo a tudo e a nada dando ouvido  
Segui pelo caminho que tinha na minha frente  
Mas não encontrei a estrada  
Desejada em minha mente.  
Nada fiz que aos outros tivesse interessado  
Tudo que fiz foi por dever ou acovardado  
Por nada tive paixão  
Mas nada fiz por ódio  
Se a ausência de sentimentos  
Não significa maldade  
Simplificando a história:  
Vivi na obscuridade*

Ao contrário do que declara em seus versos, Cartola não só reinventou sua vida, como transformou a todos nós brasileiros, seu povo, que hoje nos reconhecemos algo melhores graças ao gênio criativo e altamente sensível do "pretinho" da Mangueira.

O artista genial, como o cientista genial, são exemplos extremos da potência de transformação do ato criador e inventivo do indivíduo. São intervenções que surpreendem os analistas da sociedade, subvertem seus modelos econômicos, políticos ou históricos e introduzem, para usar seus termos, "variáveis exógenas" sem as quais os zigue-zagues da saga humana tornam-se incompreensíveis. Mas extremos que sejam, apontam para uma realidade muito mais abrangente: é no universo da cultura que vamos encontrar os elementos estratégicos para entender o movimento das sociedades e para projetar novas utopias. Da cultura não apenas como o conjunto das expressões artísticas, mas como todo o patrimônio material e simbólico das sociedades, grupos sociais e indivíduos, e suas múltiplas expressões.

Quando se fala em cultura e desenvolvimento, portanto, a pressuposição mais importante é de que o próprio desenvolvimento é um conceito que se forma dentro de determinado ambiente cultural. "Decifra-me ou te devoro." Se não levarmos em conta a cultura ao pensarmos nossos projetos de desenvolvimento corremos o risco de perder de vista a estrela-guia, atarefados que estaremos com as pedras do caminho.

Cultura e desenvolvimento são conceitos e processos necessariamente interligados e compartilhados. Não podemos conceber desenvolvimento que não seja cultural. E não devemos conceber desenvolvimento que não seja compartilhado.

Compartilhado por Norte e Sul, por incluídos e excluídos, por centros e periferias. Até para que essas palavras percam um dia o seu sentido sociológico atual. Compartilhado também, enquanto responsabilidade, por governos e sociedades, instituições e indivíduos.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem define claramente os direitos culturais como parte dos direitos humanos fundamentais, dos quais somos zeladores. Também inclui o direito ao desenvolvimento.

Isso significa o reconhecimento global de que cada sociedade, grupo social e indivíduo tem um patrimônio cultural singular, que reflete um sistema de valores e um modo de viver próprio, a partir do qual se dá a sua identidade.

Significa também o reconhecimento de que as identidades culturais existem no diálogo com as demais, e dependem desse diálogo para sobreviver. Significa o reconhecimento de que a promoção da identidade e da diversidade cultural e do convívio tolerante entre sociedades, grupos sociais e indivíduos é vital para a democracia e está entre os deveres básicos dos governos. Significa, ainda, o reconhecimento de que a cultura é, ao mesmo tempo, uma das dimensões do desenvolvimento humano, seu ponto de partida e de chegada. Significa, finalmente, que o crescimento econômico e o comércio devem ser cultural e ambientalmente sustentáveis.

O grande economista Celso Furtado, ex-ministro da Cultura do Brasil, dizia que desenvolvimento requer invenção e se constitui em ação cultural. Todas as inovações são elementos culturais. Todo o conhecimento, que é a chave da economia contemporânea, é cultural.

A integração da cultura no processo produtivo resulta em inovação e diferenciação sistemática dos bens e serviços gerados, que assim se revestem de sentidos e características especiais, mesmo diante de similares. Quanto mais a produção e a comercialização de bens e serviços estiver imbuída da cultura local, maior será o seu valor, a sua abrangência e o seu impacto transformador, e maior a sua vantagem comparativa.

Há pouco tempo, se julgava necessário adjetivar a palavra "desenvolvimento": Ora se falava em "desenvolvimento econômico", ora se falava em "desenvolvimento social", de acordo com a ocasião e o público. Abordava-se também o "desenvolvimento cultural", mas apenas nos círculos restritos da reflexão antropológica. A obsessão por adjetivos denota um rol de concepções parciais e excludentes do processo de desenvolvimento da humanidade. Exatamente porque estamos tratando de humanidade, e de um movimento que tem o homem, ao mesmo tempo uno e plural, como centro, é que uma abordagem crítica do desenvolvimento implica a obsolescência dos adjetivos que serviam para compartimentar o tema.

Assim como o homem não é apenas o homem econômico, o homem social, o homem cultural, mas o homem-homem, soma e multiplicação das várias dimensões de sua existência, também o desenvolvimento é, necessariamente, econômico, social e cultural, "tudo-ao-mesmo-tempo-agora", conforme a definição de Arnaldo Antunes, poeta e letrista do rock brasileiro.

O economista Ignacy Sachs tem dito que a vida humana é o desperdício mais grave, pois irrecuperável: ela não se estoca, ela flui. Falo, especialmente, do desperdício da subjetividade humana. É importante que possamos reorientar o sentido de nossas ações e políticas, na sociedade civil e no Estado, na direção de potencializar o processo de desenvolvimento não só do que a literatura marxista chamou de "forças produtivas", mas também do próprio indivíduo, de sua inteligência, de sua criatividade, de sua sensibilidade, de suas capacidades e de suas possibilidades de vida em sociedade.

Ao mesmo tempo em que se privilegiava uma e outra dimensão do desenvolvimento, conforme apontei anteriormente, difundia-se a noção equivocada de que o meio ambiente seria um custo, um estorvo para o avanço econômico, criando-se, assim, uma falsa oposição, que ganharia o status de antipodia fundamental entre meio ambiente (e gestão inteligente de recursos ambientais e humanos) e crescimento econômico. Essa dicotomia foi superada, na esfera da reflexão e de experiências alentadoras, pelos adeptos do "desenvolvimento sustentado", que, entre as conferências de Estocolmo e do Rio sobre Biodiversidade e Desenvolvimento, formularam a "Agenda 21".

Sachs aponta que o meio ambiente não é necessariamente um custo. Visto de outra maneira, torna-se um potencial de recursos a ser aproveitado de modo positivo. Trata-se do que o próprio Banco Mundial denominou "win-win": "oportunidades duplamente vencedoras".

A esta concepção, porém, pode-se acrescentar outra. Nem sempre o que parece econômica e ecologicamente positivo é também social e culturalmente positivo. Devemos complicar a questão, para depois simplificá-la, buscando então o triplo "win", ou o "win" holístico: desenvolvimento social e cultural, econômica e ambientalmente positivo.

A Academia, Instituição preocupada com o tema do desenvolvimento, pode contribuir decididamente, neste processo ao se ocupar da dimensão econômica da cultura e da dimensão cultural da economia. A produção do conhecimento, de um conhecimento abrangente, complexo, capaz de lidar com a multiplicidade, a fragmentação e as incongruências do real, é o fundamento para se alcançar o triplo "win".

Aliás, no momento em que a dimensão cultural alcança o reconhecimento de seu lugar estratégico no desenvolvimento, as relações entre o Ministério da Cultura do Brasil e a universidade, com os seus órgãos de implementação e aperfeiçoamento, devem ser fortalecidas. Precisamos avaliar o lugar que o estudo da cultura tem ocupado no âmbito da formação graduada e pós-graduada. É hora da pesquisa científica acerca da cultura conquistar novos vãos, ganhar maior consistência, rigor e autonomia.

Sem dúvida, sabemos que a contribuição da universidade e dos institutos de pesquisa não passa só pela reflexão, mas também pelo desenvolvimento de novas tecnologias, que hoje estão na ponta do que pode ser percebido como uma revolução culturalista. Não mais aquela de Mao, que reeducava o literato para saber lavrar a terra, mas uma que desperta no lavrador o seu potencial criativo e imaginativo.

As tecnologias informacionais e digitais potencializam esse movimento, ao democratizar a circulação da informação. Do ponto de vista ambiental, reduzem o papel dos meios físicos de armazenamento, transporte e difusão de conteúdos, sem sobrecarregar o meio ambiente. Através de programas como a inclusão digital, uma política pública de cultura contemporânea pode ser não apenas compensatória ou inclusiva no sentido tradicional, mas geradora de empregos, renda e felicidade, e, portanto, de um desenvolvimento que, este sim, mereceria dois adjetivos sincronizados: sustentado e positivo.

O uso pelos economistas do termo desenvolvimento, na esteira da idéia de progresso, tem pouco mais de meio século de existência. Começou no fim da Segunda Guerra Mundial, com os trabalhos de reconstrução da Europa. Ao longo do tempo, o conceito foi se tornando mais e mais complexo, como a própria percepção da realidade. No início, vingou a noção de que bastaria investir nas forças produtivas, pois o crescimento econômico resolveria tudo. Ao adjetivo "econômico", acrescentou-se depois o "social", o "político" e o "ambiental", que teve um impacto importante, obrigando os economistas a reconhecer os limites do pensamento puramente econômico.

Das visões unidimensionais veio finalmente a visão multidimensional de desenvolvimento, que nos permite pensá-lo (e a seus indicadores) em termos de acesso efetivo ao conjunto dos direitos humanos, de três tipos: os direitos políticos, ou seja, a cidadania e a democracia; os direitos econômicos, sociais e culturais; e os direitos difusos, coletivos, como o direito à cidade e ao ambiente saudável, todos sintetizados na expressão direito ao desenvolvimento.

O desenvolvimento é, assim, o processo, negociado entre os agentes sociais, de apropriação crescente e efetiva, por todos nós, dos direitos humanos. Como este processo pode e deve ser induzido, estimulado, intensificado? Penso que através de quatro políticas complementares, a serem ministradas em equilíbrio.

A política de universalização da educação e da saúde, fundamentos sem os quais não se vai a lugar algum.

As políticas compensatórias, que resolvem ou mitigam o imediato.

A política de distribuição primária da renda, através do salário e do emprego, com a inclusão crescente ao processo produtivo dos que estão em condições de trabalhar.

E a política de planejamento, estruturação e incentivo do mercado, para que ele realize o seu potencial de inclusão e democracia, e torne-se menos oneroso ao ambiente e à vida.

Penso que essas políticas devem tratar de maneira desigual os desiguais, conferindo às ações um sentido afirmativo, que não necessariamente tem a ver com a simplificação das cotas, mas com o sentido geral de trocar as "discriminações negativas" pelas "positivas".

O desenvolvimento não é um conceito da economia. A economia é uma dimensão, e também um instrumento, do desenvolvimento, um processo que tem finalidade ética e está condicionado ao meio ambiente.

Adotando essa visão e voltando-nos para o pleno aproveitamento das subjetividades humanas, teremos condição de resgatar das favelas brasileiras, e de todo mundo, cem, mil Cartolas (nosso genial artista popular) que vivem na obscuridade, jogar no espaço público cem, mil Betinhos (grande herói no combate pela cidadania no Brasil) e mandar para a universidade cem, mil Césares Lattes (orgulho da ciência brasileira), que seguramente farão de nossos bisnetos cidadãos mais felizes e em paz com o mundo.